

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 113.651 RIO DE JANEIRO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
PACTE.(S) : **LUIZ ANDRE FERREIRA DA SILVA**
IMPTE.(S) : **FELIPE MACHADO CALDEIRA**
COATOR(A/S)(ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DECISÃO

***HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DO
RECURSO ORDINÁRIO
CONSTITUCIONAL – INADEQUAÇÃO.**

**PRISÃO PREVENTIVA –
FUNDAMENTOS – INSUBSISTÊNCIA –
IMPLEMENTO DE LIMINAR DE
OFÍCIO.**

1. O Gabinete prestou as seguintes informações:

O paciente, vereador do Município do Rio de Janeiro, foi denunciado pela suposta prática do crime descrito no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal (quadrilha armada), combinado com o artigo 8º, cabeça, da Lei nº 8.072, de 1990 (majoração pela hediondez do crime), com a incidência da circunstância agravante do artigo 62, inciso I (promover ou organizar a cooperação delitiva), do Código Penal.

A desembargadora Gizelda Leitão Teixeira, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, determinou a prisão preventiva do acusado, implementada em 13 de abril de 2011, para garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

Formulou-se pedido de revogação da custódia, indeferido

pela relatora em 29 de abril de 2011, ante as evidências da prática reiterada de diversos delitos, entre os quais, extorsões, homicídios, invasões de domicílio e ameaças.

Contra essa decisão, formalizou-se *habeas* no Superior Tribunal de Justiça – de nº 113.651/RJ. O ministro Vasco Della Giustina, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, convocado, indeferiu a ordem no dia 1º de fevereiro de 2012. Assentou não vislumbrar flagrante ilegalidade a justificar o abrandamento da orientação firmada no Verbete nº 691 da Súmula do Supremo.

Neste *habeas*, o impetrante alega estar a segregação cautelar alicerçada apenas na gravidade abstrata do crime e na repercussão dos fatos na mídia. Ressalta o caráter subsidiário da prisão preventiva, em especial após o advento da Lei nº 12.403, de 2011, que promoveu a adequação das medidas cautelares aos princípios da proporcionalidade e necessidade. Aduz não existir evidência de ameaça às testemunhas, motivo pelo qual a custódia padeceria dos requisitos legais. Assinala que a única arma encontrada em poder do paciente foi uma faca de uso doméstico. Sustenta a inaplicabilidade do artigo 8º da Lei 8.072, de 1990, por haver sido imputado tão somente o delito de quadrilha armada, não se enquadrando nas hipóteses de crime hediondo ou de tortura.

Requer o deferimento de liminar visando a substituição da preventiva por medida cautelar não prisional, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, busca a confirmação da providência.

Em atenção às informações solicitadas por Vossa Excelência, o Presidente do Tribunal de Justiça noticiou haver sido recebida a denúncia no dia 17 de agosto de 2011. Encaminhou andamento processual atualizado e cópia das seguintes peças: inicial acusatória, ato mediante o qual foi

HC 113.651 MC / RJ

recebida, decisão que implicou a preventiva e acórdão em agravo regimental. Esclareceu haver sido a Ação Penal autuada sob o nº 0055360-32.2011.8.19.0000 e encontrar-se em fase de instrução.

O agravo regimental interposto contra o indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva foi desprovido. Consignou-se haver indícios veementes da atuação do denunciado como chefe de milícia, estando a custódia justificada ante a necessidade de proteção das testemunhas e pessoas que ajam de forma contrária aos interesses do grupo criminoso.

O *habeas* está concluso para apreciação da medida acauteladora.

2. Este *habeas corpus* ganha contornos de substitutivo do recurso ordinário constitucional, surgindo a inadequação, conforme vem reiteradamente assentando a Primeira Turma.

Quanto ao Verbete nº 691 da Súmula do Supremo, observem que versa a competência deste e não do Superior Tribunal de Justiça:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

O exame do processo, no entanto, revela constrangimento ilegal a alcançar a liberdade de ir e vir do paciente. A prisão preventiva foi implementada a partir de simples imputação, dando-se a culpa como selada. Considerado o que narrado pelo Ministério Público, assentou-se que a ordem pública estaria em risco e haveria a possibilidade de tumulto na instrução criminal. Nada se disse de concreto capaz de enquadrar a espécie no artigo 312 do Código de Processo Penal. Em síntese, determinou-se a prisão para, depois, apurar-se.

3. Implemento a liminar de ofício, determinando seja expedido o alvará de soltura. Advirtam o beneficiário da necessidade de permanecer no distrito da culpa, atendendo aos chamamentos judiciais e adotando postura que se aguarda do homem médio, daquele que vive em sociedade. Ante a identidade de situação, estendo esta decisão aos corréus: Hélio Albino Filho, Paulo Ferreira Junior, Arilson Barreto das Neves, Maria Ivonete Santana Madureira, Gonçalo do Souza Paiva, Jorge de Souza Paiva e Edilberto Gomes Alves.

4. Colham o parecer da Procuradoria Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília – residência –, 13 de outubro de 2012, às 18h05.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator